

193/77



DD. PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS

POSTO NOVO RIO LTDA. empresa privada no ramo de revenda de combustíveis e outros derivados do petróleo, inscrita no C.N.P.J. sob o No. 18.935.742/0001-74, estabelecida a Rod. BR 381, Km 715,5, Zona Rural, Carmo da Cachoeira, MG, qualificado como **EMPREENHIMENTO**, neste ato representado por seu sócio gerente, **MILTON DE FIGUEIRÔA FERNANDES**, brasileiro, casado, comerciante, portador do C.P.F. 381.264.607-25, qualificado como **EMPREENDEDOR**, vem respeitosamente,

APRESENTAR AS RAZÕES DE SUA DEFESA

contra o auto de infração No. 001829/2004, de 29/09/2004, pela ação ilícita prevista no Decreto No. 39.424, de 05/02/1998, art 19, parcialmente modificado pelo Decreto No. 43.127 de 27/12/2002, parágrafo 2º. item 4 e parágrafo 3º. item 2 e 6, processo No. 03410/2001, o que faz pelos fatos e fundamento seguintes:

DOS FATOS

Surpreendeu-se o recorrente ao tomar conhecimento do **AUTO DE INFRAÇÃO No. 001829/2004, QUE O APONTA COMO CAUSADOR DE POLUIÇÃO OU DEGRADAÇÃO AMBIENTAL**, constatada em vistoria anterior e assim descrito: "Emitir ou lançar efluentes líquidos causadores de degradação." Referindo-se ao item 10 do Relatório de Vistoria No. 007846, in verbis: "10- A área onde estão os resíduos contaminados com óleo apresenta aspecto de contaminação, pois o piso é de paralelepípedo e há óleo queimado no piso."

A área apontada como contaminada mede no máximo 2,00 metros de comprimento, por 1,50m de largura, num canto do pátio, em local reservado a armazenagem de lixo, que mede 5,15m por 2,10 metros, onde ficam 03 tambores para depósito de lixo, sendo 02 para lixo seco, como papel, latas e caixas de papelão, e o outro para filtros automotivos usados e frascos vazios de lubrificante, após serem escorridos, ficando o caminhão de lixo da prefeitura encarregado de recolher. Vide anexos fotográficos do relatório de vistoria acima indicado;

NARD



Que, a alegada contaminação foi causada pelo tombamento do tambor que armazena os filtros automotivos, derramando o resíduo de óleo queimado no piso, por descuido dos funcionários da Prefeitura Municipal encarregados de recolher o lixo. Tal fato não era do nosso conhecimento e nos causou grande surpresa, mas como ocorreu na noite anterior à visita da agente fiscal, somente após sua saída do empreendimento providenciamos a absorção do óleo com areia lavada, armazenando-a em tambor fechado até o seu descarte por empresa credenciada, e a limpeza manual da área sem deixar qualquer vestígios para contaminação do solo, o que poderá ser confirmado através de outra vistoria do local;

Quanto ao descumprimento da determinação contida na Deliberação Normativa COPAM 050/2001, no art 3º., parágrafo 2º., item V e IX, com dano ambiental, mais uma vez, CAUSA-NOS SURPRESA.

Em primeiro lugar, porque embora o empreendimento tenha sido construído entre 1.988 e 1.990, época em que INFELIZMENTE não existia qualquer exigência de proteção ao meio ambiente, o EMPREENDEDOR preocupado em não agredir a natureza que o circunvizinhava, construiu CAIXA SEPARADORA DE ÁGUA E ÓLEO, convergindo para ela toda água captada embaixo da área de abastecimento e valetas de lubrificação, O QUE FOI CONSTATADO NA VISTORIA, tanto que no item 09 do relatório de vistoria a agente fiscal solicita apresentação do projeto e ART do responsável pela construção da SAO;

Em segundo, que o local usado para lavagem de pára-brisas, cabines e latarias dos veículos próprios e dos clientes que abastecem, não é um LAVADOR PROFISSIONAL, é apenas um local reservado e separado com o intuito de evitar o encharcamento de água na pista de abastecimento, onde não se lava por baixo dos veículos, não há retirada de graxas e resíduos gordurosos, muitos menos TROCA DE ÓLEO, como estabelece o item V, do parágrafo 2º., do art 3º. do COPAM 050/2001, mas mesmo assim o piso é concretado e toda água captada em fossa séptica e os produtos usados são biodegradáveis, adquiridos de empresas conceituadas no mercado, conforme provam as cópias das Notas Fiscais de compra e certificados do Ministério da Saúde e do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de São Carlos, documentos anexos;

Com referência ao item IX, do parágrafo 2º., do art 3º. do COPAM 050/2001, 40% da pista de abastecimento encontra-se concretada, o restante está aguardando a conclusão das obras a cargo da Cia Ipiranga, proprietária das bombas, instalações e tanques para seu término;

Quanto ao fato do derramamento de óleo diesel próximo à área de descarga, foi causado por vazamento no joelho da descarga selada que acidentalmente soltou da boca do tanque, mas imediatamente constatado, devidamente isolado e absorvido com areia lavada fina, armazenada e tambores fechados com tampa. Tal acidente ocorrera em área concretada das bocas de enchimento, e ao contrário do que alega o Agente Fiscal autuante, NÃO CAUSOU POLUIÇÃO OU DEGRADAÇÃO AMBIENTAL, muitos menos que resultasse em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, ao ecossistema ou habitats. Outrossim, foi cumprido o que determina Resolução CONAMA 273/2000 comunicando devidamente o fato à Polícia Militar, que por convênio fiscaliza para FEAM no interior, que lavrou ocorrência policial, onde consta por equívoco ter sido derramado 2.500 litros de óleo diesel, quando na verdade foram 250 litros, o que



seria lógico, pelo tamanho da área atingida, como se pode ver nos anexos fotográficos do próprio Relatório de Vistoria e em seu item 08 que solicita comprovação do destino dos resíduos contaminados;

DA CONTESTAÇÃO

AD ARGUMENTANDUM, o Auto de Infração baseia-se única e exclusivamente no RELATÓRIO DE VISTORIA No. 007846/2004 de 22/09/2004 elaborado com competência pela Agente Fiscal MARIA HELENA G. P. FONSECA, de forma sucinta e clara, solicitando algumas providências, concedendo prazos para cumprimento e sem qualquer conotação punitiva de agressão ambiental por parte do empreendimento, visando apenas à adequação exigida pela D.N. 050/2001.

Por outro lado, o Empreendedor foi convidado a participar de reunião no Núcleo de Combustíveis na sede da FEAM em Belo Horizonte, com o Dr. Eduardo Luiz de A Bacelar e a Agente Fiscal Dra. Maria Helena G. P. Fonseca para prestar esclarecimentos sobre o derramamento ocorrido. Muito bem recebido e atentamente ouvido, conclui-se a reunião com uma relação de medidas a serem tomadas pelo Empreendedor e Cia. Ipiranga, ratificando o Laudo de Vistoria e exigindo a mais, a investigação do passivo ambiental, BTEX e PAH, em dois pontos da área onde ocorreu o derramamento, lavrando-se ata com a síntese da reunião, que foi assinada pelos presentes, cópia anexa;

Se por absurdo não forem aceitas as preliminares argüidas, de que nas referidas áreas a contaminação foi puramente acidental e de pequenas proporções, seja pelo menos reconhecida a agilidade e eficiência do empreendedor em contê-las, evitando um desastre ecológico, para que não haja o que AUTUAR, considerando o PRINCIPIO DA EFICÁCIA DA AÇÃO para evitar mal maior, uma vez que tais fatos independeram da vontade do Empreendedor, nem tão pouco não ocorreram por sua NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA.

Face ao exposto supra e documentos anexos, é a presente para requerer seja JULGADA PROCEDENTE A PRESENTE DEFESA, com a IMPUGNAÇÃO do Auto de Infração No. 001829/2004, por INCONSISTENTE e final CANCELAMENTO do mesmo, pelo que estará V. Exa. contribuindo certamente para a concretização de uma verdadeira e MERECIDA JUSTIÇA.

Termo em que,
Pede a espera Deferimento.
Belo Horizonte, 27 de outubro de 2004.



POSTO NOVO RIO LTDA.
MILTON DE FIGUEIRÓA FERNANDES